

ANTIGOS SESMEIROS DE PIRACICABA

Marcelo Meira Amaral Bogaciovas

Este estudo surgiu através de um pedido do primo e amigo, o historiador Nélio Ferraz de Arruda que, juntamente com o também primo e amigo Delphim Ferreira da Rocha Netto, cronista esportivo e jornalista, são os meus interlocutores mais chegados da terra da minha gente: Piracicaba. Nélio, ex-prefeito desta cidade, foi encarregado pela edilidade de esboçar a biografia de um tal de Pedro de Moraes Cavalcanti, que, por ser o primeiro sesmeiro da região, uma escola municipal havia recebido o seu nome. Nada descobri nas minhas primeiras investidas. Senti que precisaria me municiar de grande paciência e de muitas horas de trabalho. Foram várias tentativas em vão.. Acabei por recorrer à Genealogia, estudando os Moraes Cavalcantis e Cavalcantis na antiga capitania de São Paulo.

Infelizmente o resultado da pesquisa sobre Pedro de Moraes Cavalcanti não se mostrou muito produtivo; ainda assim espero que os poucos dados obtidos sirvam de pista para novas investigações. Mas o mais interessante é que descobri dois outros sesmeiros ainda mais antigos que ele, o que obriga a retrocedermos a história de Piracicaba pelo menos uns dezoito anos. Se Pedro de Moraes Cavalcanti, por ser considerado o mais antigo sesmeiro em Piracicaba, foi homenageado com o nome de uma escola, sem ao menos se saber se tomou posse da terra, não seria boa idéia homenagear os outros dois?

O presente artigo procura resgatar a memória dos primitivos sesmeiros da região piracicabana, elaborando uma pequena biografia de cada um deles, que são, por ordem de antigüidade: Capitão Antônio da Rocha do Canto, Capitão Antônio Pereira Temudo e Pedro de Moraes Cavalcanti.

1) CAPITÃO ANTÔNIO DA ROCHA DO CANTO

O Capitão Antônio da Rocha do Canto era português, filho de André Gonçalves do Canto, nascido por volta de 1595 possivelmente na freguesia de São Tomé de Estorãos ou na de São Bartolomeu de São Gens, no antigo concelho de Monte Longo¹, comarca de Guimarães, distrito de Braga e de sua mulher (casados cerca de 1622, talvez na vila de Guimarães) Maria da Rocha, possivelmente natural da vila de Guimarães, o berço da nacionalidade lusitana. André Gonçalves era meio-irmão de Francisco Álvares do Canto, nascido por volta de 1585, cavaleiro fidalgo da Casa Real e capitão mor do concelho de Monte Longo, o qual deu grandes ornamentos à confraria do Senhor de São Gens, onde foi juiz muitas vezes, assim da confraria do Senhor, como de Nossa Senhora; o capitão mor viveu na sua quinta do Rio, na freguesia de São Bartolomeu de São Gens, onde faleceu a 4 de janeiro de 1626, tendo feito testamento.

Desde pelo menos 1627 o casal André Gonçalves- Maria da Rocha- já residia no bairro de Gondim, na freguesia de São Bartolomeu de São Gens, onde André faleceu a 14 de janeiro de 1672 e sua mulher Maria da Rocha a 7 de dezembro de 1658. Em um dos assentos de batizado de seus filhos, André Gonçalves vem descrito como rendeiro.

O Capitão Antônio foi batizado² a 8 de novembro de 1627 na freguesia de São Bartolomeu de São Gens, conforme o assento que segue:

“Aos oito dias do mes de novembro do ano de mil e seiscentos e vinte e sete anos BaptiSou o padre Gaspar Fernandez de minha Licença a Antonio filho de Andre Gonçalvez. do Canto E sua molher Maria da rocha foram padrinhos o vigario Salvador peres E Madrinha Damasía da Rocha Irmão E Cunhada dia ut supra.

“Salvador Peres”.

¹ O concelho de Monte Longo há muito está extinto e corresponderia, mais ou menos, ao atual concelho de Fafe que hoje abriga São Gens.

² Livro de mistos nº 1, de 1609 a 1634.

Veio para o Brasil, sendo muito provavelmente o primeiro dos Rochas do Canto a pisar terras brasileiras; além dele vieram um seu irmão, sobrinhos e sobrinhos netos. Casou-se, cerca de 1651, na vila de Santana de Parnaíba, com Ascença de Pinha Cortês³, viúva de Tomé Fernandes da Costa (SL, VII, 249), o qual faleceu no ano de 1648 na vila de Parnaíba, onde fizera testamento⁴ a 21 de abril daquele ano. Tomé Fernandes era filho do Capitão Domingos Fernandes, um dos fundadores de Itu, da prosápia dos chamados *Fernandes Fundadores* (seu irmão Baltazar, fundou Sorocaba; outro, André, fundou Santana de Parnaíba) e de sua mulher Ana da Costa. Quando esta faleceu⁵, Ascença de Pinha, na qualidade de viúva de seu filho Tomé Fernandes, recebeu, de herança, 8 peças do gentio da terra; por Ascença não saber ler nem escrever, a seu rogo assinou seu cunhado Baltazar Carrasco dos Reis.

Ascença, que pertencia a antigos troncos vicentinos, nasceu cerca de 1624⁶ na vila de São Paulo e era filha de João de Pinha⁷ e de Domingas Antu-

³ SL, VIII, 329. Silva Leme, seguindo Pedro Taques, erroneamente o faz filho de João Lopes de Oliveira e de sua mulher Maria da Rocha do Canto, naturais de São Bartolomeu de São Gens.

⁴ Inventários e Testamentos, XXXVIII, p. 55.

⁵ Inventários e Testamentos, XL, p. 33.

⁶ Ascença de Pinha tinha 6 anos de idade em 1630, conforme constou da relação de herdeiros no inventário de sua mãe.

⁷ João de Pinha nasceu por volta de 1585 na vila de Itanhaém, sede da capitania de mesmo nome, que apenas nos primórdios do século XVIII passou a pertencer à capitania de São Paulo. Passou, acompanhando seus pais, para a vila de São Paulo, residindo com eles na paragem de Mogi Mirim, nome primitivo de Mogi das Cruzes, tendo sido, juntamente com seu pai, Brás de Pinha, e com seu irmão Gaspar de Pinha, um dos signatários da petição que se fez para levantar pelourinho e fundar a vila. O principal articulador foi Gaspar Vaz. Ouvidas as câmaras das vilas de São Vicente, São Paulo, Santos e a autoridade maior da capitania, que então era o Capitão Mor Gaspar Conqueiro, foi, por provisão de D. Luís de Sousa, a 17 de agosto de 1611, ereta vila, levantando-se o pelourinho a 1º de setembro de 1611.

João de Pinha, depois de viúvo, passou com seus filhos para a vila de Santana de Parnaíba, então em franco desenvolvimento, onde se casou com Andreza Dias, da família dos *Fernandes Fundadores*. Ela era natural da vila de São Paulo, filha de Belchior Dias Carneiro e de sua mulher Hilária Luís. Andreza fez testamento (DAESP, nº de ordem 609) a 25 de agosto de 1681 na vila de Santana de Parnaíba, desejando ser sepultada na sua igreja matriz, “na sepultura de minha tia zuzana dias”. Andreza era viúva

nes⁸; neta paterna de Brás de Pinha Cortês⁹ e de sua mulher Isabel Lopes; neta materna de Bartolomeu Rodrigues e de sua mulher Maria Lucas¹⁰. Maria Lucas, por sua vez, era filha de Gaspar Fernandes¹¹ e de sua mulher Domingas Antunes¹², esta filha do tronco dos Pretos, Antônio Preto¹³.

de Antônio Pires e, viúva de João de Pinha, casou-se terceira e última vez, sem geração, com Antônio Corrêa da Silva.

João de Pinha fez testamento (DAESP, nº de ordem 606) a 2 de maio de 1645 na vila de Santana de Parnaíba, declarando naturalidade e filiação, declarando possuir 33 peças do gentio da terra (índios) e rogando para seu corpo ser sepultado na igreja que serve de matriz na dita vila de Parnaíba. Seu testamento recebeu o “cumpra-se” a 12 de julho do ano de 1645.

⁸ Domingas Antunes nasceu cerca de 1596, provavelmente na vila de São Paulo, onde fez testamento (Inventários e Testamentos, VI, p. 229) a 17 de dezembro de 1624, pedindo para seu corpo ser sepultado na Igreja de N.S^a do Carmo, declarando ser filha de Maria Lucas. Por sua morte se fez auto de inventário a 20 de abril de 1630 na vila de São Paulo, em pousadas de Sebastião Fernandes Preto. Por seu marido João de Pinha estar ausente, foi declarante o cunhado Gaspar de Pinha.

⁹ Brás de Pinha Cortês seria provavelmente de origem castelhana, porque assinava *Blas de Piña Cortez*. Foi um dos fundadores de Mogi das Cruzes, juntamente com seus filhos Gaspar e João de Pinha, sendo um dos signatários da ereção a vila. Antes, havia recebido sesmaria no ano de 1609, alegando que morava na capitania havia muitos anos (Sesmarias, I, 223). Passou depois para a vila de São Paulo, onde fez testamento (Inventários e Testamentos, VIII, p. 219) a 17 de março de 1630, em sua pousada, pedindo para seu corpo ser sepultado na Sé, matriz da vila de São Paulo, deixando por herdeira da sua terça a mulher, Isabel Lopes; por sua morte se fez auto de inventário a 4 de maio seguinte, na vila de São Paulo.

¹⁰ Maria Lucas casou-se segunda vez, sem geração, com Gaspar de Pinha, irmão de seu genro João de Pinha.

¹¹ Gaspar Fernandes declarou ser antigo morador da capitania, desde cerca 1561 (Registro, I, 42; VII, 107). Desde 1583 já estava estabelecido na vila de São Paulo, para a banda de Pinheiros. De 1584 a 1587 foi escrivão do campo. Em 1590 esteve na guerra com o Capitão Mor Jerônimo Leitão. Foi ainda procurador do concelho no ano de 1591 e vereador no ano de 1595. Gaspar Fernandes fez testamento (Inventários e Testamentos, I, p. 373) a 13 de março de 1600 na vila de São Paulo, estando doente de cama. Deixava por herdeira da terça sua mulher, a quem nomeou por testamenteira; declarou ser casado com Domingas Antunes, filha de Antônio Preto. Por sua morte se fez auto de inventário a 17 de abril de 1600 no termo da vila de São Paulo, na paragem chamada Imbiassava.

¹² Domingas Antunes fez testamento (Inventários e Testamentos, VI, p. 243) a 16 de fevereiro de 1624 na vila de São Paulo, pedindo para seu corpo ser sepultado na igreja

Antônio da Rocha do Canto era tabelião e escrivão dos órfãos da vila de Santana de Parnaíba e ainda escrivão da câmara da mesma vila. Dominava bem a gramática portuguesa, com letra bonita e regular, consoante seus escritos. Em diversos inventários¹⁴ e outros papéis de Parnaíba aparece em uma dessas funções nos anos de 1647 e depois, quase ininterruptamente, nos anos de 1667 a 1696. Serviu o cargo de juiz ordinário e dos órfãos¹⁵ da mesma vila no ano de 1664.

Estivera, em dezembro de 1665, no sertão de Goiás, como se pode verificar no inventário¹⁶ que se fez naqueles sertões a 19 de dezembro de 1665 por ocasião da morte do Capitão Francisco Ribeiro de Moraes (foi seu procurador), de qual bandeira era Capitão Mor Francisco Lopes Benavides.

Sua mulher, Ascença de Pinha, fez testamento a 12 de março de 1687 na vila de Santana de Parnaíba, o qual recebeu o “cumpra-se” a 15 do mesmo mês. Por sua morte foi inventariada em Parnaíba, fazendo-se o auto a 1º de setembro seguinte. Em uma das verbas testamentárias, com sabor especial,

de N.S^a do Monte do Carmo, como congreira que era, na mesma sepultura de seu marido Gaspar Fernandes. Pediu para ser seu testamenteiro ao primo Bernardo da Mota. Seu testamento recebeu o “cumpra-se” a 22 de fevereiro de 1624 na vila de São Paulo. Por sua morte se fez auto de inventário no mesmo ano, sem data, no sítio e fazenda que ficou da defunta, na paragem chamada Imbiassava.

¹³ Antônio Preto veio para o Brasil com mulher (cujo nome se desconhece) e filhos. Aqui em São Paulo serviu os cargos de juiz ordinário nos anos de 1575, 1585 e 1590; almotaçel nos anos de 1576 e 1580; vereador nos anos de 1577, 1579, 1592 e 1601, quando pediu dispensa do exercício da função, alegando o privilégio dos jesuítas (Atas da Câmara de São Paulo, II, 87). Fez parte da entrada com o Capitão Mor Jerônimo Leitão no ano de 1585. No ano de 1592 foi contra a entrega das aldeias aos jesuítas (I, 447). Por ser homem velho e entendido, foi no ano de 1593, escolhido para ser árbitro de preços do ofício de ferreiro. Tinha sesmaria em Carapicuíba e fazenda da banda da Ponte Grande. Em 1608 já era falecido (Atas, II, 211; Sesmaria, I, 52).

¹⁴ Não era juiz ordinário da vila de Santana de Parnaíba no ano de 1640 (teria apenas 13 anos de idade), conforme consta de FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. São Paulo: Ind. Gráfica Siqueira, 1954.

¹⁵ Inventários e Testamentos, XXVII, p. 123.

¹⁶ Inventários e Testamentos, XVI, p. 510.

determinou que após sua morte, continuasse a reinar a harmonia em sua família:

“..peSo a meus filhos Se aião bem Com Seu Pai que Se elle Cazou Comiguo Carregada de dividas, as Coais elle pagou a diverÇas peSoas”.

Quase 20 anos sobreviveu o Capitão Antônio da Rocha à morte de sua mulher. Fez testamento (não acostado ao inventário), sendo testamenteiro seu sobrinho neto Pedro da Rocha do Canto. Por sua morte se fez auto de inventário¹⁷ a 29 de novembro de 1706 na vila de Santana de Parnaíba, em suas casas de morada, tendo sido juiz dos órfãos o Capitão Antônio Corrêa Garcia. No princípio, foi nomeado inventariante o sobrinho Pedro da Rocha, que no mesmo dia largou a função para Tomás Fernandes Vieira, genro do defunto. Entre os bens avaliados do defunto, uma morada de casas na vila de Santana de Parnaíba (em 450\$000), dois livros (em \$320), um chapéu preto (em 1\$000), um hábito de terceiro da Ordem de São Francisco (em 4\$000), um negro escravo de nação banguela (em 200\$000) e 376\$910 em dinheiro de contado. Possuía ainda 5 peças da administração (índios). O orçamento final resultou em um monte mor de 2:045\$790, que extraídas as dívidas, coube a cada herdeiro a quantia de 272\$425. Fez testamento (não anexado ao inventário) e por sua morte se fez auto de inventário a 29 de novembro de 1706 na vila de Parnaíba.

Em uma folha acostada ao seu inventário, há uma transcrição de uma sesmaria que recebeu a 22 de maio de 1675, de três léguas de terra, no porto do rio Piracicaba, na vila de Itu, quase um século antes da fundação de Piracicaba. Esta foi sua petição:

“Dis Antonio da RoCha do Canto Morador nesta villa de Parnahiba que elle tem muitas filhas, E trinta nettos e não tem terras para se poderem aComodar, E fazerem Suas lavouras.

¹⁷ DAESP, nº de ordem 496. Os inventários de Ascença de Pinha Cortês e do Capitão Antônio da Rocha do Canto foram unidos em um único processo.

“Pello que

*“Para Vossa Mercê Como Sismeiro E ProCurador do Senhor Marques de CasCais lhe faça merce de tres Leguoas de terras, do porto de piraSiCaba para Baixo Legoa E meia de testada, para Banda no morte [*sic, leia-se norte] E outra Legua E mea da banda do sul ficando frente frente hua da outra tanto de testada Como de sertão, E Sendo das Com..... atras ou adiante onde não Sejam.*

“Esperando Receber Mercê. ReSa..... do ponta.... E alagadiSSos.”

Seguiu-se o seguinte despacho:

“PaSe como pede na forma do estiLo não avendo duvida alguma. Sant’ Ana de parnaiba 22 de maio de 1675.”

“ManoeL pezato”.

Estas terras foram citadas por ocasião do inventário de sua mulher Ascença de Pinha Cortês, a qual declarou, em seu testamento, a 12 de março de 1687, que possuíam terras em Piracicaba, cuja carta tinha Cláudio Furquim. No lançamento dos bens da defunta, a 1º de setembro de 1687, “Lam-Sou Se hua Carta de data de SismaRia de meia Leugua em Coadra”. Por esse lançamento se conclui que apenas parte da sesmaria se conservou e sua localização exata não fica possível ser determinada: meia légua em quadra, o que equivaleria a 450 alqueires paulistas, ou 10.890.000 m². Além desta sesmaria, o casal possuía, segundo ainda o inventário dos bens de Ascença, 17 ou 18 almas do gentio da terra, uma residência na vila de Santana de Parnaíba, de telha, de um lanço com um meio sobrado com cozinha no quintal e terras com escrituras, que seriam divisões de uma primitiva sesmaria (outra), e eram vizinhas às terras de Miguel Garcia Bernardes e de Sebastião Soares (genro do casal), com este último na fralda de “Joangoaquora” (Jaguacoara, serra entre a Serra do Japi e a represa de Pirapora).

O Capitão Antônio da Rocha do Canto deixou, de seu casamento, quatro filhas, a saber: Maria da Rocha do Canto (mulher do Capitão Manuel

Franco de Brito, português da vila de Barcelos, escrivão dos órfãos de Santana de Parnaíba e depois de Mogi das Cruzes), Domingas da Rocha do Canto (mulher de Sebastião Soares Calhamares), Luzia da Rocha do Canto (mulher de João Garcia Carrasco, juiz ordinário da vila de Santana de Parnaíba nos anos de 1689 e 1690) e Mariana de Pinha Cortês (mulher de Tomás Fernandes Vieira, escrivão dos órfãos de Parnaíba).

2) CAPITÃO ANTÔNIO PEREIRA TEMUDO

O Capitão Antônio Pereira Temudo¹⁸ nasceu cerca de 1635 na vila de São Paulo, onde se casou, pela 1ª vez, cerca de 1663, com Isabel Ribeiro, viúva de João da Costa Carvalho (de quem houve geração, também) e, 2ª vez, ainda em São Paulo, cerca de 1689, com sua parente Catarina Borges de Cerqueira (SL, III, 549), nascida cerca de 1670, provavelmente em São Paulo, falecendo no ano de 1727.

O Capitão Antônio era filho de João Pereira Temudo, nascido por volta de 1600, talvez em Portugal, e de sua mulher (casado por volta de 1630, provavelmente em São Paulo) Maria Gonçalves, ou Maria Bicudo (SL, VI, 456; NPHG, 3ª ed., III, 188), filha do português Domingos Gonçalves da Maia, falecido com testamento em 1627 em São Paulo e de sua 3ª mulher, Marta de Mendonça, esta filha de Antônio Bicudo (não era Carneiro, como afirmou Pedro Taques e se lhe seguiu Silva Leme), tronco dos Bicudos de São Paulo, nascido por volta de 1545 na Ilha de São Miguel, tabelião em Santos antes de 1570, da governança da terra em São Paulo, ouvidor da capitania pelos anos de 1585 e de (casados por volta de 1570) Isabel Rodrigues, natural da vila de São Paulo, filha de povoadores e conquistadores da capitania de São Vicente.

João Pereira faleceu, correndo inventário no ano de 1653 em Mogi das Cruzes (este inventário não existe mais no Arquivo do Estado, apenas se vê seu extrato em *Originais de Silva Leme*, depositados no Arquivo da Cúria

¹⁸ Ver sua descendência na Revista da ASBRAP nº 2, p. 153. Foi avô de Antônio Aranha Sardinha, dos primeiros moradores da vila de Porto Feliz.

Metropolitana de São Paulo), deixando viúva Maria Bicudo e órfãos, que eram sobrinhos de Antônio Gonçalves de Mendonça. Segundo Pedro Taques (NPHG, 3ª ed., III, 188) foi morador em Jundiá e sua mulher Maria Bicudo faleceu em 1675, no estado de viúva, estando sepultada na cova de seu marido, em Jundiá.

Isabel Ribeiro nasceu cerca de 1630 em São Paulo e faleceu em junho de 1689 em Itu, sendo enterrada na igreja matriz de Itu, tendo feito testamento¹⁹ a 14 de fevereiro de 1688 em Itu, onde foi aprovado a 18 do mesmo mês. Fez codicilo a 6 de junho de 1689, já doente. Declarou, nesse último instrumento, que depois que fez o testamento, “Cazamos [ela e seu marido] noSsa filha Com João aRanha lhe demos a fazendo o Seu dote Com que ficou a dita fazenda em demenuição”. Seu codicilo recebeu o “cumpra-se” a 13 de junho de 1689, data que pode ser considerada a de seu óbito. O auto de inventário²⁰ se deu a 21 de junho de 1689, sendo inventariante seu marido o Capitão Antônio Pereira Temudo. Isabel Ribeiro era filha de João Ribeiro de Alvarenga, ou João Ribeiro Baião (SL, V, 412), natural de São Paulo, falecido em 1693 em Itu e de sua mulher (casados em 1631 em São Paulo) Antônia da Cunha (SL, III, 243), falecida em 1686 em Itu; neta por parte paterna de Estevão Ribeiro de Alvarenga (SL, V, 343), morador na vila de São Paulo, com fazenda em Juqueri (atual Mairiporã) e de Maria Missel; falecida em 1660 em São Paulo; neta por parte materna de João Gago da Cunha (SL, V, 136), falecido em 1636 em São Paulo e de Catarina do Prado (SL, III, 201), natural da vila de São Vicente e falecida em 1649 em São Paulo.

Catarina Borges era filha de Simão Borges de Cerqueira e de Isabel da Costa Tavares; neta por parte paterna de Francisco Barreto e de (casados em janeiro de 1633 em São Paulo, na Sé, fls. 2-v) Maria Borges de Cerqueira; neta por parte materna do Capitão Diogo da Costa Tavares (irmão inteiro do grande sertanista o Mestre de Campo Antônio Raposo Tavares), que saiu de São Paulo para a restauração de Pernambuco à frente de uma companhia de

¹⁹ DAESP, nº de ordem 735. O inventário de Isabel Ribeiro e de Antônio Pereira Temudo foram unidos em um único processo.

²⁰ DAESP, nº de ordem 735.

infantaria e de sua 1ª mulher Maria Bicudo (SL, VI, 450). Catarina casou-se 2ª vez, cerca de 1699, com Manoel Álvares Monteiro e desse casamento nasceu Guilherme Borges Monteiro, nascido cerca de 1700. Catarina faleceu em novembro de 1727, com testamento não acostado ao inventário, que correu no ano de 1728.

Após o seu 1º casamento, o Capitão Antônio Pereira Temudo passou para a vila de Itu, residindo na paragem denominada Itaim. Possuía, como declara sua mulher Isabel Ribeiro em seu testamento, “hua Legua de terras a Saber mea Legua em Capihivari E da outra mea Legua Em piraSicava”. Por ocasião da morte de Isabel, possuíam 27 peças do gentio da terra (índios) e mais 11 escravos africanos. Em Itu possuíam duas casas, sendo uma delas de “dous lanços de Cazas Somente Cubertas de telha na Villa Sem mais beneficio nenhum” sendo avaliada em 8\$000. Viúvo de Isabel, retornou para São Paulo, estabelecendo-se no bairro de Pinheiros, com um sítio, que no seu inventário vem assim descrito: “foi avaliado o Sitio da RoSa paragem chamada os pinheros humas Cazas de dous LanSos de taipa de pilão Cubertas de telha Com Seus Corredores E outra Cazinha fora Cubertas de telhas com a Lavoura que tem”, avaliadas em 100\$000. O Capitão Antônio faleceu na vila de São Paulo, entre 7 e 8 de novembro de 1698, tendo feito testamento em São Paulo, em data inutilizada pelo tempo. Pedia para serem seus testamenteiros Jorge Lopes Ribeiro, Inácio Borges Cerqueira e Jerônimo Pedroso de Oliveira, com a seguinte determinação: “Meo Corpo Serâ Cepultado em a Igreja Matris desta villa debaixo da pia da agua benta, amortalhado em hum Lençol aCompanharâ o meo Corpo o Reverendo Padre Vigario e todos os Clerigos que Se acharem na villa”. Além do seu sítio em Pinheiros, possuía ainda 200 oitavas de ouro quintado. A aprovação do testamento se deu a 7 de novembro de 1698 em São Paulo, estando em seu perfeito juízo, porém doente de cama. O testamento recebeu o “cumpra-se” a no dia seguinte, a 8. Inventariados seus bens, a fazenda toda lançada importou em 584\$350.

3) PEDRO DE MORAES CAVALCANTI

Embora não seja possível afirmar, através dos estudos genealógicos que fiz dos Moraes Cavalcantis de São Paulo, Pedro de Moraes Cavalcanti deveria ser filho do segundo casamento do Capitão Pedro de Moraes Madureira (NPHG, I, 256; SL, VII, 5), o qual nasceu na vila de São Paulo e nela serviu os nobres cargos da república, entre os quais o de capitão dos cavaleiros. O Capitão Pedro, em 1638 era juiz ordinário²¹ da câmara e recebeu provisão²² de juiz dos órfãos a 25 de fevereiro de 1640, passada pelo Licenciado o Ouvidor Geral Simão Álvares de la Penha, em substituição a D. Francisco Rondon de Quebedo. Pertencia aos antigos *Moraes Navarros* de São Paulo, filho de Pedro de Moraes d'Antas, falecido em 1644 em São Paulo e de sua mulher Leonor Pedroso, falecida em 1636 com testamento em São Paulo; neto por parte paterna do português Baltazar de Moraes d'Antas, o tronco dos Moraes de São Paulo e de sua mulher Brites Rodrigues Annes; neto por parte materna de Estêvão Ribeiro e de Madalena Fernandes, antigos troncos vicentinos.

O Capitão Pedro de Moraes casou-se, primeira vez, cerca de 1630, na vila de São Paulo, com sua sobrinha-prima Ana (de Moraes) Pedroso (SL, VII, 135), falecida²³ por 1647 em São Paulo, da qual teve geração. Ana era irmã do Capitão Mor Antônio Ribeiro de Moraes, filhos de Francisco Ribeiro, falecido em 1615 em São Paulo, e de sua mulher Maria de Moraes, falecida em 1663 em São Paulo. Maria de Moraes, por sua vez era filha de Pantaleão Pedroso e de sua mulher Ana de Moraes d'Antas; neta por parte paterna de Estêvão Ribeiro e de sua mulher Madalena Fernandes; neta por parte materna de Baltazar de Moraes d'Antas e de sua mulher Brites Rodrigues Annes.

Pedro de Moraes casou-se segunda vez, cerca de 1650, com D. Antônia de Moura Cavalcanti, cujos apelidos nos remetem a Pernambuco e, pelo tratamento de **dona** que ela recebeu nos documentos, seria de gente qualificada. Como a sua descendência assinava também o apelido Morgado, desconhe-

²¹ Atas da Câmara da cidade de São Paulo, IV, pp. 365 a 367.

²² Registro Geral da cidade de São Paulo, II, p. 119.

²³ Inventários e Testamentos, XXXIV, p. 39.

cido em São Paulo em tempos anteriores, é bem provável que ela pertencesse a essa família, também. Pedro de Moraes já era falecido no ano de 1681. Sabe-se que o casal Pedro- D. Antônia passou para a vila de Santos.

Pedro de Moraes Cavalcanti, o nosso biografado, nasceu por volta de 1652 (ignora-se onde). Casou-se por volta de 1680, provavelmente em Itu, com Francisca de Almeida. Esta seria neta do Capitão João Ribeiro Baião (SL, V, 412) e de sua mulher Antônia da Cunha (SL, III, 243); João Ribeiro faleceu em 1693 e sua mulher em 1686, ambos em Itu. Caso essa hipótese seja confirmada, Pedro de Moraes Cavalcanti seria sobrinho por afinidade do Capitão Antônio Pereira Temudo (acima), por via de sua mulher Francisca de Almeida, já que o Temudo foi casado, primeira vez, com Isabel Ribeiro, filha dos mesmos João Ribeiro Baião e Antônia da Cunha.

Pedro de Moraes Cavalcanti recebeu²⁴ carta de sesmaria 15 de novembro de 1693, concedida pelo Capitão Mor Manuel Peixoto da Mota, registrada no Livro 11 de Sesmarias Antigas do Cartório da Tesouraria da Fazenda de São Paulo. As terras abrangiam “uma e outra banda do rio Piracicaba, ficando o salto no meio”. Alegava o peticionário que iria povoá-la com toda a sua família.

Descobri dois filhos de Pedro de Moraes Cavalcanti e de sua mulher Francisca de Almeida: Baltazar e Francisca, que seguem.

Baltazar Ribeiro Baião, que se casou em 1708 em Itu com Maria Nunes, filha de João Nunes de Brito (já falecidos em 1708) e de Ana do Prado.

Francisca de Moraes Cavalcanti, que se casou em 1704 em Itu com Antônio Cardoso (SL, VIII, 540), filho de Antônio Cardoso Pimentel, o fundador da capela de Ararituaba (atual Porto Feliz) e de sua mulher Feliciano da Rocha.

²⁴ MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo (1825-1878). *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora. 1954. Tomo I, p. 197.

ABREVIATURAS UTILIZADAS:

DAESP: Divisão do Arquivo do Estado de São Paulo.

NPHG: LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, 5ª ed. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980, 3 volumes.

SL: LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*, São Paulo: Duprat & Cia., 1903 a 1905, 9 volumes.

Este artigo foi publicado na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba**, ano 2000, nº VII (pp. 91-97).